

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 35.109.618/0001-79

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	794	2.926	212.214	189.460	Fornecedores		6	27.350	23.672	
Contas a receber	8	-	-	36.881	31.147	Empréstimos e financiamentos	12	-	34.701	39.754	
Tributos a recuperar		818	789	6.535	7.953	Debêntures	13	-	8.461	3.800	
Imposto de renda e contribuição social		2.958	1.833	18.466	11.844	Obrigações sociais e trabalhistas		-	16.938	11.686	
Partes relacionadas	10	-	-	2.013	-	Imposto de renda e contribuição social		-	1.400	683	
Despesas antecipadas		-	-	-	843	Obrigações tributárias	261	-	10.365	6.554	
Dividendos a receber	10	30.048	16.667	-	-	Dividendos a pagar		2.000	-	2.000	
Adiantamentos		-	-	532	1.499	Arrendamentos		-	5.902	4.646	
Total ativo circulante		34.618	22.215	276.641	242.746	Provisão para manutenção	15	-	5.976	8.109	
Ativo não circulante						Outras obrigações		-	2.570	3.189	
Fundos restritos	7	-	-	27.390	25.659	Total passivo circulante	261	2.006	113.663	104.093	
Depósitos judiciais		-	-	6.408	5.367	Empréstimos e financiamentos	12	-	580.380	630.640	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	18.992	19.052	Debêntures	13	455.936	237.969	877.432	
Partes relacionadas	10	19.902	19.517	-	-	Arrendamentos		-	26.423	1.922	
Outros ativos		-	-	-	10	Provisão para contingências	14	-	12.288	11.553	
Total do realizável a longo prazo		19.902	19.517	52.790	50.088	Provisão para manutenção	15	-	62.663	45.150	
Investimentos	9	627.630	417.602	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		41.052	41.052	-	
Imobilizado		-	-	19.034	19.234	Outros passivos		3.000	3.000	3.004	3.006
Intangível	11	181.724	184.551	1.475.807	1.497.448	Total passivo não circulante		44.052	499.988	922.727	1.569.703
Direito de uso		-	-	31.679	6.171	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		809.354	602.153	1.526.520	1.522.853	Capital social	17	139.072	131.505	139.072	131.505
		829.256	621.670	1.579.310	1.572.941	Reservas de capital		749.115	-	749.115	-
						Reservas de lucros	17	-	10.386	-	10.386
						Prejuízos acumulados		(68.626)	-	(68.626)	-
Total do ativo		863.874	643.885	1.855.951	1.815.687	Total do passivo e patrimônio líquido		863.874	643.885	1.855.951	1.815.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

c	Nota	Reserva de lucros a realizar		Lucros acumulados		Patrimônio Líquido	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2023		551.486	454	48.148	-	600.088	3.784
Lucro do exercício		-	-	-	3.784	-	-
Destinação para reservas		-	-	189	1.595	-	(1.784)
Redução do capital	17	(419.981)	-	-	-	(419.981)	-
Dividendos aprovados	17	-	-	(40.000)	-	(40.000)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(899)	-	-
Dividendos adicionais		-	-	-	(1.101)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		131.505	643	9.743	-	141.891	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(78.020)	(78.020)	-
Ajuste/Absorção		-	(643)	(9.743)	9.394	(992)	-
Aumento do capital		756.682	-	-	-	756.682	-
Constituição de reserva		(749.115)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025		139.072	749.115	-	(68.626)	819.561	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

I. Contexto operacional: A Verona Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.235.660.905, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 08 de outubro de 2019. Posteriormente, em 16 de outubro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei no 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Verona Holding e Participações S.A. Em 29 de abril de 2024 a denominação social da Companhia passou para Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. ("Companhia" ou "MRNE") e quando em conjunto com suas controladas, ("Grupo"), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. A Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas: **Concessionária Bahia Norte S.A.:** A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. **Concessionária Rota do Atlântico S.A.:** Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral sul do estado de Pernambuco. **Monte Forte Holding Participações S.A.:** Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding e Participações Societárias S.A. (atual Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.) adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte apresentava como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual estava condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. A conclusão da operação foi efetivada em 27 de maio de 2024, desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN. Em 28 de junho de 2024, foi aprovada a incorporação reversa da Monte Forte Holding Participações S.A. pela CLN. **Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.:** Em 30 de abril de 2021, a MRNE, controladora da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquitecto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Em 29 de maio de 2024, foi publicada na DOE a Resolução ARPE nº 259, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2024, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual. **Concessionária Litoral Norte S.A.:** Em 27 de maio de 2024, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Monte Forte Holding Participações S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passou a deter o controle indireto da CLN. A CLN, é uma sociedade

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de serviços	-	-	513.361	418.040
Receita de construção	-	-	48.153	49.008
Outras receitas	16	7.192	1.773	2.637
Total	16	7.192	563.287	469.685
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3)	(39)	(66.204)	(51.654)
Custo de construção	-	-	(47.678)	(48.524)
Valor adicionado bruto	13	7.153	449.405	369.507
Depreciação e amortização	(9.198)	(9.091)	(85.733)	(77.605)
Apropriação de seguros	-	-	(7.771)	(7.215)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(9.185)	(1.938)	355.901	284.687
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	302	3.923	27.770	31.590
Resultado de equivalência patrimonial	38.700	30.000	-	-
Valor adicionado total a distribuir	29.817	31.985	383.671	316.277
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal			89.115	64.392
Remuneração direta	-	-	67.285	45.834
Benefícios	-	-	19.194	15.670
Outros	-	-	2.636	2.888
Impostos, taxas e contribuições	-	2.678	68.008	51.973
Federais	-	2.678	41.649	30.272
Estaduais	-	-	493	441
Municipais	-	-	25.866	21.260
Remuneração de capitais de terceiros	107.837	25.523	304.568	196.128
Juros	107.837	25.523	235.544	134.971
Aluguéis	-	-	1.027	978
Outras	-	-	67.997	60.179
Remuneração de capitais próprios	(78.020)	3.784	(78.020)	3.784
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(78.020)	3.784	(78.020)	3.784
Valor adicionado distribuído	29.817	31.985	383.671	316.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia BA-099 - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA. A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia - DERBA em 21 de fevereiro de 2000. **2. Base de preparação:** **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **i. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 16 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; • Notas explicativas 8, 14 e 15: reconhecimento e mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **ii. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9: equivalência patrimonial e aquisição de negócios: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; **iii. Mensuração a valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de serviços	18	-	-	469.040	381.670
Receita de construção	18	-	-	48.153	49.008
Receita Líquida				517.193	430.678
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(229.758)	(204.933)
Custo de construção	19	-	-	(47.678)	(48.524)
Lucro Bruto				239.757	177.221
Gerais e administrativas	20	(9.202)	(9.130)	(101.468)	(66.551)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(1.289)
Resultado de equivalência patrimonial	9	38.700	30.000	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	16	7.192	1.774	8.021
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		29.514	28.062	138.774	118.372
Receitas financeiras	22	302	3.923	27.770	40.500
Despesas financeiras	22	(107.836)	(25.651)	(236.461)	(149.979)
Resultado financeiro, líquido		(78.020)	(21.728)	(208.691)	(109.479)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(78.020)	6.334	(69.917)	8.893
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	-	(8.044)	(5.410)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	(2.550)	(59)	301
Lucro (prejuízo) do exercício		(78.020)	3.784	(78.020)	3.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Lucro (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício		(78.020)	3.784	(78.020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024		

negócio e o controle é transferido para o Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificáveis na adquirida. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloçá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela sinergia da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Para ser classificadas como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direitos aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Redução do valor recuperável:** Ativos financeiros: O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuro estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganho e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação. **(d) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. **(e) Ativos intangíveis e ágio:** Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Ativos intangíveis:** A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear a qual está limitado ao prazo final da concessão. **Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração:** Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os outros intangíveis do Grupo são softwares e tem a taxa de amortização de 20% a.a. **(f) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo

Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A.

tempo dos contratos. **(g) Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. **Provisão para contingências:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, civis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **(h) Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **(i) IRPJ e contribuição social – correntes e diferidos:** O IRPJ e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As Concessionárias são beneficiárias do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudos Constitutivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. A despesa com IRPJ e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de IRPJ e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de IRPJ e contribuição social diferido:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O IRPJ e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e contribuição social diferida. **(j) Resultado por ação:** O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores. **(k) Reconhecimento da receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável. **Receitas de pedágio:** A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **Receitas de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo e de acordo com a Interpretação Técnica ICP 01 (R1) – “Contratos de concessão”, que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **Receitas acessórias:** As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. As receitas

são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **(l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **(m) Benefícios a empregados – Plano de Contribuição Definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. **(n) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **(o) Informações por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia. **4. Novas normas interpretadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. • IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de IRPJ. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal do lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outs”. • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras. A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de R\$):

	Controladora					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	8	8	8	-	-	-
Debêntures	455.936	1.100.535	-	-	439.995	660.540
Total	455.944	1.100.543	8	-	439.995	660.540
	Consolidado					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2025						
Fornecedores	27.351	27.351	27.351	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	615.081	786.647	34.701	85.601	248.879	417.466
Debêntures	246.430	464.609	10.876	29.597	102.498	321.638
Passivo de arrendamento	32.325	29.593	5.902	16.531	7.160	-
Total	921.187	1.308.200	78.830	131.729	358.537	739.104
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	23.672	23.672	23.672	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	670.394	820.159	97.651	89.262	243.121	390.126
Debêntures	881.232	1.919.356	49.554	60.333	634.444	1.175.025
Passivo de arrendamento	6.568	6.760	4.771	1.989	-	-
Total	1.581.866	2.769.947	177.648	151.584	877.565	1.565.151

d) Risco de crédito: As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista. **e) Risco de mercado: Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir: **(i) Seleção dos riscos:** A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA. **(ii) Seleção dos cenários:** A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2025	2026	2027	2028	2029
TJLP (*)	9,1%	8,1%	7,2%	7,0%	7,0%
CDI (*)	14,3%	13,4%	12,0%	10,6%	10,6%
IPCA (*)	4,5%	4,0%	4,0%	3,5%	3,5%

(*) Fonte: Itaú BBA Dez./2025. Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, CDI e IPCA, considerando um horizonte de 12 meses, foram estimados com uma deterioração razoável de 25% e 50% de acordo com uma variação possível e razoavelmente possível respectivamente, em relação à estimativa provável. A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações de TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025 a administração entende que os parâmetros de oscilação em torno de 25% e 50%, no ambiente macroeconômico atual, criam condições suficientes para a devida análise de riscos, sendo envoltórias dos resultados born delimitadores de cenários desde provável a remota ocorrência, conseguindo testar assim a resiliência

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.												
do ativo avançado em questão. As taxas consideradas foram:												
Indicador	Cenário I		Cenário II		Cenário III		Consolidado					
	Provável (*)	Adverso possível	Provável	Adverso possível	Provável	Adverso possível	Saldo em 2024	Adições (d)	Baixas (c)	Transfe-rências (*)	Reclas-sifica-ções	Saldo em 2025
TJLP	7,65%	9,56%	7,65%	9,56%	11,48%	11,48%	247.298	5.622	-	-	-	247.298
CDI	12,19%	15,24%	12,19%	15,24%	18,28%	18,28%	5.221	12.021	-	-	-	17.242
IPCA	3,89%	4,87%	3,89%	4,87%	5,84%	5,84%	(239.283)	(239.283)	-	-	-	(239.283)
(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2025 a 2029 das taxas apresentadas acima.												
(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - TJLP: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:												
Instrumento	Venci-mento	Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III		Saldo em 31 de dezembro de 2025			
			Provável	Adverso	Provável	Adverso	Provável	Adverso				
Empréstimo BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	(741)	(743)	(743)	(744)	(743)	(744)	25.659			
Empréstimo Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	(8.874)	(9.272)	(9.272)	(9.664)	(9.272)	(9.664)	144			
Empréstimo Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	(22.988)	(24.191)	(24.191)	(25.376)	(24.191)	(25.376)	3.668			
(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - CDI: A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:												
Instrumento	Venci-mento	Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III		Saldo em 31 de dezembro de 2025			
			Provável	Adverso	Provável	Adverso	Provável	Adverso				
Empréstimo Desenbahia - CBN	2026	Alta do CDI	(3.086)	(3.118)	(3.118)	(3.149)	(3.118)	(3.149)	144			
Fundos restritos	2034	Baixa do CDI	30.728	29.894	29.894	29.059	29.894	29.059	3.668			
Aplicação financeira	2026	Baixa do CDI	212.674	206.898	206.898	201.121	206.898	201.121	(2.081)			
(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação - IPCA:												
Instrumento	Venci-mento	Risco	Cenário I		Cenário II		Cenário III		Saldo em 31 de dezembro de 2025			
			Provável	Adverso	Provável	Adverso	Provável	Adverso				
Debentures - CRA	2036	Alta do IPCA	(366.073)	(403.483)	(403.483)	(441.426)	(403.483)	(441.426)	27.390			
Debentures - CRC	2037	Alta do IPCA	(146.523)	(158.351)	(158.351)	(171.301)	(158.351)	(171.301)	3.668			
Empréstimo BNB-CBN	2025	Alta do IPCA	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(167)	(2.081)			
Empréstimo BNB-CBN	2037	Alta do IPCA	(52.854)	(60.268)	(60.268)	(67.625)	(60.268)	(67.625)	27.390			
A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.												
5.2. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de avanço financeiro. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.												
5.3. Instrumentos financeiros por categoria: A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:												
Ativos, conforme balanço patrimonial	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024		Controladora		Consolidado		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	794	794	2.926	2.926	794	794	2.926	2.926	
Total				794	794	2.926	2.926	794	794	2.926	2.926	
Passivos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024		Controladora		Consolidado		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Debentures				-	-	455.936	455.936	-	-	455.936	455.936	
Fornecedores	2			-	-	6	6	-	-	6	6	
Outros passivos	2			3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	
Total				3.000	3.000	458.942	458.942	3.000	3.000	458.942	458.942	
Ativos, conforme balanço patrimonial	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024		Controladora		Consolidado		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	212.214	212.214	189.460	189.460	212.214	212.214	189.460	189.460	
Fundos restritos	7	Nível 2	1	27.390	27.390	25.659	25.659	27.390	27.390	25.659	25.659	
Contas a receber	8		2	36.881	36.881	31.147	31.147	36.881	36.881	31.147	31.147	
Outros ativos	2			-	-	10	10	-	-	10	10	
Total				276.485	276.485	246.276	246.276	276.485	276.485	246.276	246.276	
Passivos, conforme o balanço patrimonial	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2025		31/12/2024		Controladora		Consolidado		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Empréstimos e financiamentos	12		2	615.081	615.081	670.394	670.394	615.081	615.081	670.394	670.394	
Debentures	13	Nível 2	1	246.430	246.430	881.232	881.232	246.430	246.430	881.232	881.232	
Fornecedores	2		2	27.351	27.351	23.672	23.672	27.351	27.351	23.672	23.672	
Arrendamentos	2		2	32.325	32.325	6.568	6.568	32.325	32.325	6.568	6.568	
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	2		2	5.577	5.577	6.195	6.195	5.577	5.577	6.195	6.195	
Total				926.764	926.764	1.588.061	1.588.061	926.764	926.764	1.588.061	1.588.061	
(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado												
Técnicas de mensuração do valor justo: A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e caucões contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debentures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).												
6. Caixa e equivalentes de caixa:												
Caixa e bancos	Controladora		Consolidado									
	2025	2024	2025	2024								
Caixa e bancos	31	39	22.645	11.717								
Aplicações financeiras (a)	763	2.887	189.569	177.743								
Total	794	2.926	212.214	189.460								
(a) As Controladas mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 92% e 101% (98% e 100,5% em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade. 7. Fundos restritos: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 27.390 (R\$ 25.659 em 31 de dezembro de 2024), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remuneradas pela variação do CDI entre 98% e 100,25% (98% e 100,25% em 31 de dezembro de 2024). As controladas do Grupo mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas. As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as												
obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debentures. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.												
Custo	2025		2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	247.298	247.298	247.298	247.298	247.298	247.298						
Aplicação	5.622	12.021	5.622	12.021	5.622	12.021						
Rendimento	(239.283)	(239.283)	(239.283)	(239.283)	(239.283)	(239.283)						
Resgates	144	3.668	144	3.668	144	3.668						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.659	25.659	25.659	25.659	25.659	25.659						
Aplicação	144	3.668	144	3.668	144	3.668						
Rendimento	(2.081)	(2.081)	(2.081)	(2.081)	(2.081)	(2.081)						
Resgates	27.390	27.390	27.390	27.390	27.390	27.390						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	38.850	38.850	38.850	38.850	38.850	38.850						
8. Contas a receber:												
a) Composição das contas a receber:												
Custo	2025		2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	30.905	25.174	30.905	25.174	30.905	25.174						
Demanda de risco (ii)	338	769	338	769	338	769						
Receitas acessórias (iii)	7.607	5.884	7.607	5.884	7.607	5.884						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.850	31.827	38.850	31.827	38.850	31.827						
(-) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(1.969)	(680)	(1.969)	(680)	(1.969)	(680)						
Total	36.881	31.147	36.881	31.147	36.881	31.147						
(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. (ii) Conforme definido no contrato de concessão da CRC, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente. (iii) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso de faixa de domínio, sendo de maior relevância para passagem de fibra ótica, cabos de energia e regularização de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.												
b) Aging do contas a receber:												
Custo	2025		2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Créditos a vencer	32.652	28.558	32.652	28.558	32.652	28.558						
Créditos vencidos até 60 dias	2.197	1.222	2.197	1.222	2.197	1.222						
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	547	97	547	97	547	97						
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	521	470	521	470	521	470						
Créditos vencidos há mais de 180 dias	2.933	1.480	2.933	1.480	2.933	1.480						
Total	38.850	31.827	38.850	31.827	38.850	31.827						
c) Movimentação da PECLD:												
Custo	2025		2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(680)	(680)	(680)	(680)	(680)	(680)						
(+) Adições	(1.289)	(1.969)	(1.289)	(1.969)	(1.289)	(1.969)						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.969)	(680)	(1.969)	(680)	(1.969)	(680)						
A Companhia avalia sua provisão para perda por redução ao valor recuperável de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, determina que sejam consideradas as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito os montantes de ultrapassam o prazo de 90 dias.												
9. Investimentos:												
Custo	2025		2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
BNB	295.505	290.262	295.505	290.262	295.505	290.262						
CRA	91.547	78.463	91.547	78.463	91.547	78.463						
CRC	39.570	36.916	39.570	36.916	39.570	36.916						
CLN	201.008	11.961	201.008	11.961	201.008	11.961						
Total	627.630	417.602	627.630	417.602	627.630	417.602						
a) Informações acerca das controladas diretas:												
Custo	31/12/2025		31/12/2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Quantidade de Participação	26.150.154	100	125.072	85.502	39.570	10.733						
ações possuídas	141.438.908	100	329.176	237.629	91.547	19.510						
direta (%)	367.759.706	100	1.001.556	706.051	295.505	12.607						
Ativo	193.200.014	100	254.907	53.899	201.008	(4.150)						
Passivo	728.548.782	100	1.710.711	1.083.080	627.631	38.700						
Patrimônio líquido	26.150.154	100	109.783	72.867	36.916	8.795						
exercício	141.438.908	100	294.642	216.179	78.463	11.851						
Lucro do	367.759.706	100	1.017.455	734.556	282.899	13.837						
exercício	193.200.014	100	237.880	225.919	11.961	901						
exercício	728.548.782	100	1.659.760	1.249.523	410.237	35.384						
Movimentação dos saldos de investimentos:												
Custo	31/12/2025		31/12/2024		Consolidado							
	2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Equivalência patrimonial	290.262	12.607	290.262	12.607	290.262	12.607						

Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.		31/12/2025		31/12/2024	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023		652.394			
de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo: a) Composição da Provisão para contingências:					
		Consolidado			
		2025	2024		
(+/-) Juros incorridos		72.000	5.631		
(+/-) Juros capitalizados		44.331	2.407		
(-) Juros pagos		559	2.300		
(-) Amortizações		(45.814)	49		
(+/-) Custos da transação		(52.663)	2.584		
		(413)	12.288		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		670.394	11.553		
(+/-) Juros incorridos		42.266			
(+/-) Juros capitalizados		833			
(-) Juros pagos		(45.594)			
(-) Amortizações		(53.896)			
(+/-) Custos da transação		1.078			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		615.081			
Em 31 de dezembro de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:					
		Consolidado			
		2025	2024		
Cronograma de amortização da dívida					
2026		49.746			
2027		48.006			
2028		49.225			
2029 em diante		483.149			
Total		580.380	630.640		
Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, até 31 de dezembro de 2024, foi recebido R\$ 102.000, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até março de 2026. 13. Debêntures: a) Composição das debêntures:					
		Controladora			
		2025	2024		
Debêntures (iv)					
Custos de captação e estruturação					
Total		474.310	455.936		
Passivo circulante					
Passivo não circulante					
		Consolidado			
		2025	2024		
Debêntures IPCA - 12431 (i)					
Debêntures IPCA (ii)					
Debêntures DI (iii)					
Debêntures (iv)					
Custos de captação e estruturação					
Total		246.430	881.232		
Passivo circulante		8.461	3.800		
Passivo não circulante		237.969	877.432		
(i) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1. (ii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, a ser convalidada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser convalidada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.", celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão ("Primeira Emissão de Debêntures"); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do "Programa de Exploração Rodoviária - PER". (iii) Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. Em 03 de junho de 2024 a companhia liquidou o saldo da segunda série da emissão. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo. Em 23 de dezembro de 2025 foi liquidada o saldo remanescente da primeira série, por decisão estratégica da companhia. (iv) Em 15 de agosto de 2024, a MRNE emitiu 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures, com valor nominal de R\$1 (mil reais). As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como DI + 4,30%. O prazo total é de 8 anos com amortização customizada iniciando 48 meses após a emissão. Em 23 de dezembro de 2025 a debêntures foi liquidada, por decisão estratégica da companhia. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio. Cláusula restritiva ("covenants") Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2025. i) Na CRA, o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022. ii) Na CRC, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023. iii) Na CLN, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2024. b) Movimentação das debêntures:					
		Consolidado			
		2025	2024		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		427.315			
(+/-) Captação		450.000			
(+/-) Juros incorridos		81.542			
(+/-) Juros capitalizados		786			
(-) Juros pagos		(20.458)			
(-) Amortizações		(38.664)			
(+/-) Custos da transação		(19.289)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		881.232			
(+/-) Juros incorridos		153.277			
(+/-) Juros capitalizados		630			
(-) Juros pagos		(168.778)			
(-) Amortizações		(644.639)			
(+/-) Custos da transação		24.708			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		246.430			
Cronograma de amortização da dívida					
2025		3.200			
2026		6.800			
2027		8.500			
2028		31.935			
2029 em diante		219.869			
Total		237.969	877.432		
14. Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requerem o registro contábil					
		Consolidado			
		2025	2024		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL		53.879	(7.052)	46.827	46.827
Provisão para riscos processuais		3.939	240	4.179	4.179
Arrendamento Mercantil (Amortização, Encargos, Pagamentos) - IFRS 16		829	(351)	478	478
Juros Capitalizados		(408)	(196)	(604)	(604)
Provisão na participação nos lucros e resultados (PLR)		437	207	644	644
Adoção Inicial Lei 12.973/2014		(3.562)	161	(3.401)	-
Receita/Custo de Construção - ICPC 01		(6.311)	(162)	(6.473)	(6.473)
Custo capitalizado/Amortização		(10.653)	797	(9.856)	(9.856)
Amortização do intangível		731	162	893	893
Outras diferenças temporárias		21.223	6.134	27.357	27.357
Ganho por compra vantajosa		(41.052)	-	(41.052)	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação		19.052	(60)	18.992	73.301
Compensação de imposto			10.541	10.541	
Imposto líquido passivo (ativo)			62.760	(43.768)	
As Controladas estimam apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:					
		31/12/2025			
		CRC	CRA	CBN	Consolidado
2026		2.287	3.715	7.915	13.917
2027 em diante		-	25.267	7.643	32.910
Total		2.287	28.982	15.558	46.827
		31/12/2024			
		CRC	CRA	CBN	Consolidado
2025		1.177	2.468	4.003	7.648
2026		2.437	3.041	7.704	13.182
2027		-	25.896	7.153	33.049
Total		3.614	31.405	18.860	53.879
Reconciliação da despesa de IRPJ e da contribuição social: Os valores de IRPJ e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:					
		Consolidado			
		2025	2024		
Resultado antes do IRPJ e CSLL					
Expectativa de receita (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%		26.527	23.796	(2.154)	(3.024)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva: Equivalência Patrimonial		13.158	-	10.200	-
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes			(206)		(512)
Despesas não dedutíveis					595
Incentivos (pesquisas tecnológicas e desenvolvimento)					10.284
Isenção e Redução do Imposto - Lucro de Exploração			8.876		215
Programa de Alimentação do Trabalhador			176		(12.667)
Outros			(1.060)		1.435
IRPJ e CSLL diferido não constituído		(39.685)	(39.685)	(12.031)	-
Total de IRPJ e CSLL no resultado		(8.103)	(2.550)	(5.109)	(5.410)
IRPJ e CSLL correntes			(8.044)		301
IRPJ e CSLL diferidos			(59)		(2.550)
Total de IRPJ e CSLL no resultado		(8.103)	(2.550)	(5.109)	(5.109)
Alíquota efetiva de impostos		11,6%	40,3%	57,4%	57,4%
17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 139.072 (R\$ 131.505 em 31 de dezembro de 2024), representado por 888.187.483 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia aportou R\$ 756.682 no capital social da Monte Rodovias Nordeste Holding Participações S.A. e constituiu R\$ 749.115 na reserva de capital, conforme aprovada em assembleia geral extraordinária realizada na mesma data. O capital social da Companhia foi aumentado de R\$ 131.505, dividido em 131.505.234 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 139.072, dividido em 888.187.483 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O aporte ocorreu mediante pagamento em moeda corrente nacional, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação. b) Reservas legal e de lucros: i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. ii) Reserva de lucros: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi absorvido pelo prejuízo acumulado, e em 31 de dezembro de 2024 o saldo de reserva de lucros era no montante de R\$ 9.743. iii) Reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de capital no montante de R\$ 749.115. Em 19 de dezembro de 2025, foi constituída R\$ 749.115 na reserva de capital da Companhia, conforme aprovada em assembleia geral extraordinária realizada na mesma data. O aporte ocorreu mediante pagamento em moeda corrente nacional. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 24.462 (R\$ 31.055 em 31 de dezembro de 2024), referente à remuneração dos administradores.					
		Consolidado			
		2025	2024		
Remuneração com encargos		24.391	30.978		
Incentivo de longo prazo		71	77		
Total		24.462	31.055		
18. Receitas:		Consolidado			
		2025	2024		
Receitas de pedágio		496.979	404.453		
Demanda de risco (a)		4.014	4.856		
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)		12.395	8.876		
Impostos e contribuições sobre serviços		(44.322)	(36.372)		
Outras deduções		(26)	(143)		
Receita líquida de serviços		469.040	381.670		
Receita de construção		48.153	49.008		
Receita líquida		517.193	430.678		
(a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.					
19. Custos por natureza:		Consolidado			
		2025	2024		
Custos de pessoal		(64.735)	(47.016)		
Serviços de terceiros		(25.083)	(23.076)		
Materiais, equipamentos e veículos		(5.471)	(4.904)		
Gastos gerais		(6.893)	(5.703)		
Provisão para manutenção		(54.064)	(57.637)		
Depreciação e amortização		(73.512)	(66.597)		
Custos dos serviços prestados		(229.758)	(204.933)		
Custos de construção (a)		(47.678)	(48.524)		
Total		(277.436)	(253.457)		
(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC 05.					
20. Despesas gerais e administrativas por natureza:		Controladora			
		2025	2024		
Serviços de terceiros		-	(34)		
Licenças de software/telecomunicações		-	(6)		
Gastos gerais		(4)	(9.090)		
Depreciação e amortização		(9.198)	(9.130)		
Total		(9.202)	(9.130)		
		Consolidado			
		2025	2024		
Despesas de pessoal (i)		(37.094)	(26.175)		
Serviços de terceiros (ii)		(19.736)	(10.868)		
Materiais, equipamentos e veículos		(4.504)	(3.226)		
Seguros/Garantias		(7.540)	(7.049)		
Provisão para contingências (iii)		4.200	15.663		
Licenças de software/telecomunicações		(3.871)	(2.758)		
Gastos gerais		(20.702)	(21.131)		
Depreciação e amortização		(12.221)	(11.007)		
Total		(101.468)	(66.551)		
(i) No exercício findo em 2025, quando comparado ao ano anterior, o aumento das despesas com pessoal é justificado pela reversão da provisão de participação nos resultados ocorrida em 2024. (ii) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, limpeza, ambulâncias, resgates e remoções. Em 2025, houve um aumento comparado com o ano anterior devido a serviços realizados de consultoria técnica especializada nas áreas de meio ambiente e desapropriação, de projetos e engenharia. (iii) A variação do período se deve principalmente à baixa da ação judicial indenizatória. Em referida ação dizia respeito a acidente envolvendo animal na pista da Rodovia BA-099. Em maio do exercício corrente, foi celebrado acordo entre as partes no valor total de R\$ 90, resultando na baixa da provisão anteriormente constituída e no encerramento da respectiva demanda judicial e reversões no período. Em 2024, houve um aumento comparado com o ano atual devido principalmente à reversão do processo 0301554-59.2012.8.05.0001. Este processo foi reclassificado como "sem contingência" devido à ausência de expectativa de desembolso de recursos pela Cia até que seja instaurada a fase de liquidação da sentença.					
21. Outras receitas (despesas) operacionais:		Consolidado			
		31/12/2025	31/12/2024		
Outras receitas		302	830		
Recuperação de créditos / processos		1.104	-		
Venda ativo imobilizado / sucata		368	-		
Outras despesas		-	7.500		
Outras despesas		-	(309)		
Total		1.774	8.021		
22. Resultado financeiro, líquido:		Controladora			
		2025	2024		
Rendimentos de aplicação financeira		177	3.625		
Juros de contratos de mútuos ativos		385	298		
Impostos sobre receita financeira		(260)	-		
Receitas financeiras		302	3.923		
Juros de debêntures		(89.176)	(24.310)		
Atualização monetária passiva		-	(101)		
Outras despesas financeiras					

Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.										
	Consolidado		Consolidado	Empréstimos e Debêntures			Arrendamentos	Total		
	2025	2024		Empréstimos	Debêntures	Arrendamentos			2025	2024
Receitas financeiras	27.770	40.500	Novos arrendamentos (i)	-	-	29.045	29.045			
Juros de empréstimos e financiamentos	(42.264)	(44.331)	Custos de transação (i)	1.078	24.708	-	25.786			
Juros de debêntures (i)	(153.274)	(81.542)	Despesas com juros (i)	42.266	153.277	11.496	207.309			
Juros de contratos de arrendamento	(1.383)	(799)	Reclassificação (i)	-	-	-	(186)			
Atualização monetária passiva	(6.032)	(4.271)	Baixas (*)	-	-	(3.681)	(3.681)			
Outras despesas financeiras	(33.508)	(19.036)	Juros capitalizados (i)	833	630	-	1.463			
Despesas financeiras	(236.461)	(149.979)	Juros pagos	(45.594)	(168.778)	-	(214.372)			
Resultado financeiro, líquido	(208.691)	(104.479)	Total das outras variações relacionadas com passivos	(1.417)	9.837	36.674	45.094			
<p>(i) Em 2025 houve um aumento comparado ao ano anterior, devido a emissão de novas debêntures em agosto de 2024, conforme NE 12. 23. Lucro (prejuízo) por ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.</p>										
		31/12/2025	31/12/2024							
		Controladora	Controladora							
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(78.020)	(78.020)	3.784	3.784						
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	888.187	888.187	131.505	131.505						
Lucro básico e diluído por ação - Em reais	(87,84)	(87,84)	28,77	28,77						
24. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:										
		Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	427.315	8.098	1.087.807						
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Captação de financiamentos e debêntures	72.000	450.000	-	522.000						
Amortização de financiamentos e debêntures	(52.663)	(38.664)	-	(91.327)						
Pagamento de arrendamento	-	-	(10.105)	(10.105)						
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	19.337	411.336	(10.105)	420.568						
Outras variações										
Novos arrendamentos (i)	-	-	4.850	4.850						
Custos de transação (i)	(413)	(19.289)	-	(19.702)						
Despesas com juros (i)	44.740	82.328	3.273	130.341						
Reclassificação (i)	-	-	669	669						
Baixas (*) (i)	-	-	(217)	(217)						
Juros pagos	(45.664)	(20.458)	-	(66.122)						
Total das outras variações relacionadas com passivos	(1.337)	42.581	8.575	49.819						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	6.568	1.558.194						
		Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	6.568	1.558.194						
Variações dos fluxos de caixa de financiamento										
Amortização de financiamentos e debêntures	(53.896)	(644.639)	-	(698.535)						
Pagamento de arrendamento	-	-	(10.917)	(10.917)						
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(53.896)	(644.639)	(10.917)	(709.452)						

Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 - data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019. Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 - 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanços, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente. Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão. Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão. Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária. **d) Contrato de concessão - CLN:** A CLN - Concessionária Litoral Norte, uma empresa do grupo Monte Rodovias, administra desde 2000 a BA-099 (Estrada do Coco/Linha Verde) de acordo com contrato de concessão firmado com o Governo do Estado da Bahia com término em 2050. A empresa é responsável pelo trecho da BA-099 que começa no km 7,7 (Ponte do Rio Joanes) até a divisa da Bahia com o estado de Sergipe, no km 192, além dos acessos às localidades de Arembépe, Praia do Forte, Porto de Sauipe, Baixios/Palame, Subaúma e Conde. Desde o início da concessão, a BA-099 se consolidou como uma rodovia de alto padrão de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento socioeconômico da região. Suas boas condições propiciaram e propiciam a realização no seu entorno de empreendimentos, principalmente nos setores de hotelaria, imobiliário e cultural, ratificando o compromisso da CLN em cuidar melhor do seu caminho, o qual é repleto de belas praias e paisagens exuberantes. O contrato de concessão prevê que do km 7,7 até o km 54 (Estrada do Coco), da ponte do Rio Joanes, em Camacari-BA, até a altura da Praia do Forte, em Mata de São João - BA, a CLN realize serviços de manutenção e conservação da rodovia e ofereça os serviços (apoio) de atendimento médico, mecânico (que compreende a retirada do veículo da rodovia deixando o usuário no posto mais próximo) e inspeção do trecho. Inclusive, na Estrada do Coco, a concessionária já realizou a duplicação de 46km de rodovia, melhorando o tráfego dos veículos e oferecendo maior conforto, segurança e fluidez na região. No trecho da Linha Verde, que vai do km 54 até a divisa com o estado de Sergipe, no km 192, são previstos os serviços de manutenção, conservação e sinalização da rodovia. As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões: • Implantação de terceiras faixas; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e • Instalação de cabines de pedágio. A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual. Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão. **26. Eventos subsequentes:** Em 27 de janeiro de 2026, ocorreu a liquidação integral do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Concessionária Roto do Atlântico no montante de R\$ 19.930.

DIRETORIA
CONTADOR

Felipe Guidi - Diretor Presidente | Wilman Sanchez Moitinho - Vice-Presidente Financeiro | Felipe Mattos de Melo - CRC RJ 117091/0-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A., Salvador - BA.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias | Holding Participações Societárias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos termos das responsabilidades pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Salvador, 26 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/F-7
Diego Feliciano Irineu
Contador
 CRC 1SP223212/0-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal